

INSERÇÃO SOCIAL DE TODAS AS CLASSES SOCIAIS PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Suélén Danúbia da Silva¹
Ijosiel Mendes²
Elimeire Alves de Oliveira³
Fernando Henrique Barros Mainardi⁴
Glaucimarcos Fakine Marsoli⁵
Danilo José Almada Barroso⁶
Tiago Moreno Lopes Roberto⁷

RESUMO: A educação financeira é um assunto desconhecido para a maior parte da população brasileira, mesmo com uma grande porcentagem da população brasileira ser analfabeto financeiramente, o assunto ainda não é debatido como prioridade pelas autoridades políticas. A inserção social dos saberes da área da educação financeira está sendo disseminada na educação básica diversos projetos de lei estão em fase de aprovação para introdução da disciplina no ensino fundamental. O Estado de São Paulo já inseriu em sua grade de ensino o conteúdo programático desde o ano de 2024. Esta pesquisa visa contribuir com estudantes e futuros profissionais da educação, incentivando a importância do tema para a educação e formação no processo de ensino aprendizagem desde os anos básicos, a problemática do estudo é como a inserção social através da educação financeira poderá contribuir com a diminuição do endividamento em todas as classes sociais haja vista que não é apenas as classes inferiores que possuem endividamento. Os objetivos da pesquisa é disseminar os saberes sobre educação financeira para todas classes sociais. A metodologia aplicada na pesquisa foi qualitativa com ênfase em grandes autores da área da pesquisa.

2488

Palavras-chave: Disseminação. Educação Financeira. Inserção Social.

¹Docente nos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Futura. Graduada em Ciências Contábeis (UNIFEV), graduada em Administração pela Faculdade Futura, Especialista em Administração Estratégica com ênfase em Marketing e Gestão de Recursos Humanos (UNILAGO), Mestrado em Administração (UNIMEP), Orcid: 0000-0002-2202-309X.

²Docente nos Cursos de Administração e Pedagogia da Faculdade Futura. Graduado em Matemática, (UNIFEV), Especialista em Matemática (UNICAMP), Especialista em Matemática no Ensino Médio (UFSCAR), Mestrado em Matemática (UNESP) Orcid: 0000-0003-0238-5058.

³Docente e Coordenadora no Curso de Pedagogia na Faculdade Futura. Graduada em Direito (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (Faculdade de Antônio Augusto Reis Neves). Graduada em Letras (UNIFEV) Especialista em Gestão Escolar (UNICAMP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4672-6013>.

⁴Docente da Faculdade Futura de Votuporanga e Teologia da Faculdade de Teologia e Ciências de Votuporanga (FATEC). Graduado em Administração pela UNIFEV) e Teologia pela FATEC. Especialista em Mercado Financeiro e Banking pela Unicesumar e Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil.

⁵Docente Universidade Brasil Fernandópolis - SP e Faculdade Futura (Grupo Educacional Faveni) Votuporanga -SP. Graduado em Ciências Econômicas pela Fundação Educacional de Fernandópolis (2004), em Administração de Empresas pela Fundação Educacional de Fernandópolis.

⁶Graduado em Administração da Faculdade Futura de Votuporanga (2021) cursando MBA em Gestão Tributária (UNINASSAU), Orcid 000-0002-7187-8609

⁷Graduado em Psicologia. Licenciado em Pedagogia. Especialista em Saúde Mental. Mestre em Psicologia da Saúde -FAMERP, Doutorando em Ciências da Saúde -FAMERP, Graduando em Sociologia -UNIFAVENI, Gestor de Políticas Acadêmicas da Faculdade Futura, Docente do Curso de Psicologia e Odontologia-UNIRP.

ABSTRACT: Financial education is an unknown subject for the majority of the Brazilian population, even though a large percentage of the Brazilian population is financially illiterate, the subject is still not debated as a priority by political authorities. The social insertion of knowledge in the area of financial education is being disseminated in basic education, several bills are in the approval phase to introduce the subject in elementary education. The State of São Paulo has already included the programmatic content in its teaching schedule since the year 2024. This research aims to contribute to students and future education professionals, encouraging the importance of the topic for education and training in the teaching-learning process from the basic years onwards. knowledge about financial education for all social classes. The methodology applied in the research was qualitative with an emphasis on great authors in the research area.

Keywords: Dissemination. Financial Education. Social Insertion.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, onde o consumo é amplamente incentivado e o acesso ao crédito se tornou cada vez mais facilitado, a falta de planejamento financeiro tem levado muitas pessoas a situações de endividamento, insegurança econômica e baixa qualidade de vida. Além disso, o avanço tecnológico, as mudanças regulatórias e as transformações econômicas tornaram os serviços financeiros mais complexos. No entanto, a falta de conhecimento sobre o tema por parte da população compromete as escolhas financeiras do dia a dia, tanto em nível individual quanto familiar, levando a resultados insatisfatórios.

2489

Diante desse cenário, a preocupação com a educação financeira tem se intensificado globalmente, impulsionando pesquisas e debates sobre o tema. Apesar das críticas quanto à efetividade e alcance dos programas, especialmente entre os adultos, destaca-se a importância de iniciativas estruturadas para capacitar a população nesse aspecto.

Neste sentido faz-se necessário a implementação de políticas educacionais que visem capacitar o cidadão a tomar decisões conscientes e responsáveis sobre o uso do dinheiro, por meio da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes sobre conceitos básicos e essenciais de educação financeira, como orçamento e gestão de dívidas, para escolhas mais responsáveis, evitando o endividamento excessivo e contribuindo para um consumo mais equilibrado de modo a garantir não apenas a sustentabilidade financeira individual, mas também a estabilidade econômica da sociedade como um todo, pois a importância da educação financeira vai além da esfera individual, já que seus impactos são perceptíveis em diversos setores da economia.

Parte dessas habilidades pode ser adquirida por meio da educação financeira, que consiste na transmissão de conhecimentos voltados ao desenvolvimento de competências necessárias para a tomada de decisões seguras e bem fundamentadas, facilitando, assim, o gerenciamento das finanças pessoais. O aprimoramento dessas capacidades contribui para uma maior integração dos indivíduos à sociedade e para uma participação mais ativa no cenário financeiro, resultando em um aumento do bem-estar.

Além disso, o conhecimento sobre finanças promove o crescimento econômico e incentiva a cultura do planejamento a longo prazo. Dessa forma, um país cujos cidadãos possuem maior letramento financeiro tem mais chances de alcançar um desenvolvimento sustentável, reduzindo a dependência de auxílios governamentais e fortalecendo sua economia.

Diante desse contexto, torna-se fundamental pesquisar e debater a educação financeira, principalmente no Brasil, onde grande parte da população enfrenta dificuldades para gerir seus recursos de maneira eficiente. . Compreender o papel da educação financeira é essencial para que indivíduos e sociedades possam desenvolver hábitos financeiros saudáveis, reduzir desigualdades econômicas e construir um futuro mais sustentável.

Dados indicam que muitos brasileiros não possuem hábitos de poupança, desconhecem conceitos básicos sobre juros e inflação e acabam recorrendo a empréstimos com altas taxas de juros. Esse cenário demonstra a necessidade de implementar políticas públicas e iniciativas educacionais que incentivem a formação financeira desde a infância, preparando as novas gerações para um futuro mais seguro e equilibrado.

2490

Neste sentido, este artigo tem como objetivo geral discutir a relevância da educação financeira e sua influência no bem-estar individual e coletivo. Para tanto forma traçados os seguintes objetivos específicos: analisar o conceito de educação, compreender a educação financeira e seus saberes, fazer um levantamento sobre as políticas públicas e as mudanças da educação brasileira e identificar o conhecimento que a população da Região Noroeste Paulista microrregião possui sobre o tema

Serão analisados o conhecimento da população sobre o assunto e os principais desafios enfrentados na administração de seus recursos, bem como estratégias para promover um maior nível de letramento financeiro e esses dados serão interpretados mediante levantamento bibliográfico realizado em livros e artigos disponíveis tanto no meio eletrônico e materiais físicos.

I. CONCEITO DE EDUCAÇÃO

A educação pode ser compreendida como um processo contínuo e sistemático que visa ao desenvolvimento integral do indivíduo, promovendo a formação de competências, habilidades, valores e atitudes essenciais para a convivência em sociedade. Segundo Libâneo (2022), a educação transcende o ambiente escolar, abrangendo práticas formais e informais que contribuem para a construção da cidadania.

De acordo com Chiavenato (2020), a educação é um processo que pode ser dividido em três tipos principais: educação formal, educação não formal e educação informal. A educação formal refere-se ao ensino sistematizado, estruturado e oferecido por instituições reconhecidas, como escolas e universidades, com currículos previamente estabelecidos. A educação não formal, por sua vez, ocorre fora do sistema formal, sendo oferecida por organizações ou empresas para desenvolver habilidades específicas. Já a educação informal é o aprendizado adquirido ao longo da vida, em interações cotidianas e experiências pessoais. Esses três tipos de educação se complementam, contribuindo para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Além disso, Chiavenato (2020) introduz o conceito de educação corporativa como uma evolução da educação não formal no ambiente organizacional. Diferentemente do treinamento convencional, a educação corporativa é estratégica e contínua, focada no alinhamento das competências dos colaboradores aos objetivos organizacionais.

2491

Trata-se de um modelo educacional que visa ao desenvolvimento do capital humano e ao fortalecimento da cultura organizacional, promovendo aprendizado que contribui para o desempenho e a competitividade da organização. Esse tipo de educação reforça a importância de integrar aprendizado prático e teórico, preparando os indivíduos para os desafios específicos do mercado de trabalho.

Segundo Oliveira et al. (2025), a educação também desempenha um papel essencial na capacitação de indivíduos para tomarem decisões informadas e organizarem suas vidas de maneira eficaz. Esse aprendizado não se limita ao ambiente escolar, mas se estende às interações cotidianas, permitindo que as pessoas desenvolvam práticas sustentáveis e planejadas em diversos aspectos de suas vidas. Assim, a educação não apenas forma cidadãos conscientes, mas também contribui para a estabilidade e qualidade de vida.

A educação, como apontam Oliveira et al. (2025), tem um papel central na promoção de práticas sustentáveis, tanto sociais quanto econômicas. Ao capacitar os indivíduos para o planejamento e a organização pessoal, a educação favorece uma abordagem mais estratégica em

relação aos recursos e hábitos diários. Essa dimensão reforça a ideia de que o aprendizado, quando aplicado de forma prática, contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida, fortalecendo a autonomia e a responsabilidade dos cidadãos.

Conforme Santos et al. (2025), a educação, ao incluir noções práticas, como a gestão de impostos e direitos tributários, promove uma cidadania ativa. Essa integração entre educação e alfabetização fiscal, por exemplo, capacita os indivíduos a compreenderem melhor suas obrigações legais e a aproveitarem benefícios sociais, como deduções fiscais e restituições. Tal abordagem reforça o papel da educação como um instrumento de transformação social, preparando cidadãos para interagirem de maneira eficaz com sistemas complexos.

Ditta et al. (2022) destacam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância de a educação promover o desenvolvimento de competências que preparem os estudantes para a cidadania e a vida profissional. Essa visão reforça o papel da educação na formação de indivíduos críticos, conscientes e preparados para tomar decisões responsáveis e sustentáveis.

Além disso, Ditta et al. (2022) ressaltam que a educação deve incluir temas transversais, como a educação financeira, para ajudar os alunos a enfrentar desafios do cotidiano e desenvolver habilidades práticas. Silva et al. (2022) complementam essa ideia, afirmando que a educação estimula a reflexão crítica e prepara os indivíduos para lidar com os desafios econômicos e sociais do mundo contemporâneo.

2492

2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SEUS SABERES

No campo da educação financeira, D'Aquino (2004) reforça que a educação deve capacitar os indivíduos para lidar de forma consciente e responsável com as questões econômicas e sociais, especialmente em relação ao consumo. Essa integração curricular visa preparar crianças e jovens para compreenderem as implicações econômicas de suas escolhas, promovendo maior autonomia e equilíbrio financeiro.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída em 2010, foi um marco importante para integrar a educação financeira ao currículo escolar (Brasil, 2010; Domingos, 2020). A inserção de temas como educação financeira reflete uma transição educacional mais ampla, de metodologias tradicionais centradas na memorização para abordagens mais críticas e interdisciplinares. Essa mudança foi motivada pela necessidade de

formar indivíduos capazes de aplicar conhecimentos em contextos reais e diversificados, com foco em decisões financeiras conscientes e informadas (Domingos, 2020).

Um dos métodos mais relevantes para a promoção da educação financeira é a metodologia DSOP, desenvolvida por Reinaldo Domingos. A abordagem DSOP é fundamentada nos pilares Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar, promovendo uma estratégia abrangente para a gestão financeira. Segundo Domingos (2012), o diagnóstico financeiro é o ponto de partida, permitindo que os indivíduos compreendam sua situação financeira atual, identifiquem padrões de consumo e reconheçam suas receitas, despesas e dívidas. Esse processo inicial é essencial para criar uma base sólida de planejamento.

O pilar "Sonhar" incentiva a definição de objetivos financeiros de curto, médio e longo prazos. Domingos (2012) destaca que essa etapa funciona como uma fonte de motivação pessoal, conectando os aspectos emocionais e racionais da educação financeira para a realização de metas significativas. Mateus Otoni Silva (2022) complementa essa visão, destacando que o método DSOP promove mudanças de comportamento e reflexão crítica. Segundo ele, a aplicação da metodologia DSOP na educação básica, conecta os alunos à prática financeira cotidiana e promove a reflexão crítica sobre padrões de consumo. Silva (2022) ressalta que o método incentiva a tomada de decisões conscientes, transformando a relação dos jovens com os recursos financeiros.

2493

O pilar "Orçar" envolve o controle dos gastos e a criação de um planejamento financeiro detalhado. Ele estabelece limites e ajuda os indivíduos a priorizarem suas despesas de forma racional. Nesse ponto, a metodologia incentiva ajustes no padrão de vida para alinhar as finanças aos objetivos definidos. Rizzo (2022) aponta que essa etapa é especialmente relevante para comunidades que enfrentam desafios econômicos significativos, promovendo a organização financeira como ferramenta de transformação social. Já o pilar "Poupar" é essencial para a criação de uma reserva financeira e para garantir a segurança em momentos de imprevistos ou para a realização de sonhos planejados. Domingos (2012) ressalta que poupar antes de investir é crucial para a estabilidade e segurança financeira, garantindo resiliência diante de imprevistos.

Essa abordagem, segundo Rizzo (2022), não apenas educa financeiramente, mas também promove a inclusão social e fortalece a autonomia individual. A metodologia DSOP conecta os aspectos técnicos e emocionais da gestão financeira, criando um impacto transformador na vida dos indivíduos e na sociedade como um todo.

Rizzo (2022), por sua vez, aponta a eficácia da metodologia DSOP em comunidades com menor acesso a conhecimentos financeiros formais. Segundo Rizzo (2022), o enfoque nos pilares Sonhar, Orçar e Poupar é especialmente relevante para públicos que precisam de ferramentas práticas para equilibrar finanças e alcançar metas de vida.

A metodologia DSOP, portanto, é vista como uma ferramenta transformadora na educação financeira, ao conectar os aspectos técnicos e emocionais da gestão financeira. Ela promove a inclusão social e prepara os indivíduos para lidar com os desafios financeiros do cotidiano, contribuindo para uma sociedade mais equilibrada e sustentável (Silva, 2022).

A educação financeira visa o desenvolvimento dentro da área desde a formação inicial do indivíduo, ou seja, desde os anos iniciais da criança ela deve ter o contato para desenvolver o saber da educação financeira para posteriormente desenvolvê-la com maestria quando chegar na fase adulta de sua vida.

Para Cerbasi (2024), a fase infantil é quando deve-se iniciar os conhecimentos para obter bons saberes desta área, mas ressalva que a postura do indivíduo também influenciará na sua educação financeira.

A disciplina de educação financeira foi introduzida na rede curricular estadual do Estado de São Paulo em 2024, sendo que as crianças já possuem acesso ao valor do dinheiro o que precisam desenvolver é o equilíbrio financeiro para não gastar mais do que ganha.

Não é uma tarefa fácil, mas requer conhecimento, capacitação e desenvolvimento como ações que disseminam os saberes dessa área.

3. DIVISÃO DAS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL (Danilo)

A sociedade brasileira é caracterizada por significativas desigualdades tanto sociais quanto econômicas, que se manifestam na organização das classes sociais. A segmentação das classes sociais no Brasil é moldada por uma variedade de fatores, incluindo aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos, o que leva a uma sociedade rica em complexidade e diversidade.

A ideia de classe social ganhou relevância na sociologia durante o período clássico, isso é, no século XVIII, época em que a sociologia foi estabelecida. A definição de classe social refere-se à divisão socioeconômica do mundo em um sistema governado pelo capitalismo. Nessa divisão, há uma hierarquia de grupos sociais com diferentes importâncias e ocupações,

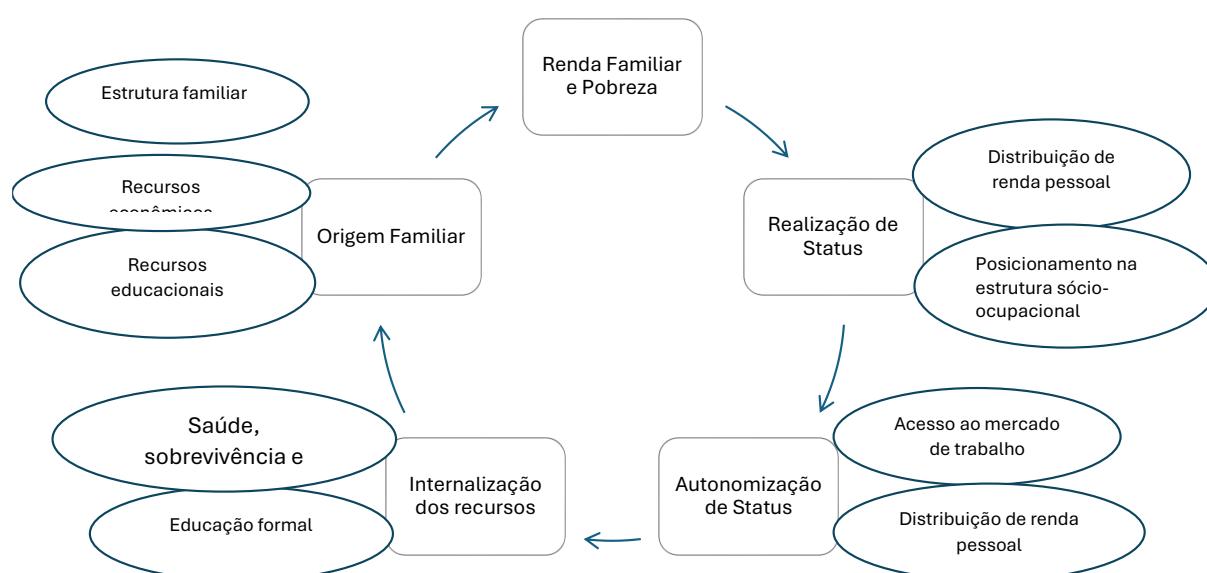
cada uma com seus respectivos postos de trabalho. Esse fenômeno é conhecido como estratificação social, que possibilita essa divisão de classes.

Para os sociólogos esta segmentação social, é uma indução do capitalismo e da finalidade da divisão de classe do trabalho causada por este sistema, no Brasil esta divisão é marcada por uma desigualdade, com diferentes formas de compreender suas causas e consequência.

No entanto, a distribuição e transmissão desses recursos e oportunidades também são influenciadas por fatores externos, o que explica as mudanças em nossos níveis. Por fatores externos, o que explica as mudanças em nossos níveis de desigualdade. Diante disso, o arcabouço analítico proposto por Nelson do Valle Silva (1979) (SILVA, 1979) é construído a partir de cinco elementos que descrevem as etapas do ciclo de vida e podem ser observados na figura. Em outras palavras, capital cultural, capital e as crenças educacionais são fortemente influenciados por fatores familiares, mas as políticas educacionais públicas podem mudar a forma como esses recursos são distribuídos e as oportunidades disponíveis para os indivíduos. As crenças educacionais são fortemente influenciadas por fatores familiares, mas as políticas educacionais públicas podem mudar a forma como esses recursos são distribuídos e as oportunidades disponíveis para os indivíduos.

Figura 1- Dinâmica econômica, mudanças sociais e novas pautas de políticas públicas

2495



Fonte: Silva (2003)

Uma das formas é classificar os indivíduos em grupos de classes sociais, para avaliar as suas condições socioeconômicas, esta divisão de grupos sociais é classificada em diversas características, no brasil por exemplo, renda, raça, nível de escolaridade e ocupação em cargos.

A divisão das classes sociais no brasil está intimamente ligada á divisão social do trabalho. Na concepção marxista, as relações sociais estão imbricadas com o trabalho, por isso a exploração e a opressão são aspectos fundamentais para explicar as classes e seus conflitos. Assim, a posição de um indivíduo em dada classe está relacionada com sua posição no processo de produção capitalista (Quintaneiro, Barbosa e Oliveira, 2003; Medeiros, 2004).

Weber não limita sua perspectiva ao critério econômico, afirmando que as relações de poder e prestígio também agrupam as pessoas em classes. No contexto das desigualdades laborais, as classes estão ligadas ao grau de apropriação dos recursos produtivos, à capacidade de consumo e à qualidade dos serviços prestados. Por exemplo, se a pessoa ou o coletivo detém algum recurso produtivo, quais são suas condições financeiras para a aquisição de bens e serviços, e o quanto pode investir em sua formação para o mercado de trabalho (Weber, 1991; Quintaneiro, Barbosa e Oliveira, 2003).

No Brasil a pesquisa sobre classes esteve fortemente ligada ao surgimento das ciências sociais, especialmente na modalidade que Guimaraes nomeia como análise de classes. Essa abordagem representava um tipo de investigação sociológica que pretendia compreender e esclarecer os eventos sociais a partir do comportamento e das atitudes dos grupos coletivos, que estão diretas ou indiretamente, relacionados às classes sociais. (Guimarães, 2012).

2496

Em outras palavras, sua ideia principal se baseava na importância da ação de classe para a modificação ou manutenção da estrutura social, dessa forma a estrutura de classe e a ação de classes eram consideradas como fenômenos inseparáveis.

As divisões destas classes no Brasil são baseadas na economia, como a renda mensal da família, o grau de escolaridade, sobre bens e consumo e a qualidade de vida. Essa categorização é comumente aplicada por organizações de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a fundação Getúlio Vargas (FGV), com o objetivo de estudar o perfil socioeconômico dos cidadãos. As classes sociais são usualmente classificadas em cinco grupos principais: A, B, C, D e E.

Classe A: Esta classe representa as pessoas com mais requisição financeira brasileira. Estas pessoas que participam deste grupo têm suas rendas familiares altas mensais, sendo assim tendo

alto níveis de escolaridade, acesso a bens de luxo, melhor acesso a serviço de Saúde privada, estas pessoas pertencentes deste grupo têm uma grande influência econômica e social.

Classe B: Esta segunda classe é dividida em B₁ e B₂, com rendas variáveis, também podemos denominar esta classe como classe média alta, tendo acesso a bens e consumo de qualidade, serviço de educação e saúde privados, além de possuir uma certa estabilidade no mercado de trabalho.

Classe C: Esta classe é conhecida como a classe média, agrupa famílias com um salário mensal de R\$ 2.000,00 a R\$ 5.000,00. Nos últimos anos este grupo teve um crescimento significativo impulsionado por política públicas de inclusão social. A classe C é importante para o consumo interno, mesmo ainda enfrentando vários desafios na questão financeira e acesso a serviços de qualidade.

Classe D: A classe D abrange as famílias com a renda de um salário mínimo maioria destas famílias tem trabalho informais até mesmo com uma remuneração baixa tendo dificuldades com os serviços básicos como saúde, educação e uma moradia de qualidade, este grupo depende de políticas sociais como uma assistência social para ter o mínimo de garantia.

Classe E: Neste grupo social e representado a população que vive na extrema pobreza com uma renda inferior ao salário-mínimo este grupo enfrenta dificuldade socioeconômica com acesso precários a moradia, saúde e alta vulnerabilidade social, muitas destas famílias depende do programa Bolsa Família do governo federal para ter uma pequena garantia de subsistência.

2497

Estas classes compõe a divisão de classe socioeconômica do Brasil, que ano após ano cada classe vai passando por mudanças variadas trazendo os seus impactos sobre a sociedade.

Estes impactos provocados por estas divisões das classes sociais no Brasil acarreta uma profunda barreira no desenvolvimento do país.

A desigualdade econômica no Brasil acarreta a limitação ao acesso de milhões de brasileiros a oportunidades da ascensão social, tornando restrito o crescimento sustentável. Além disso, a concentração de renda e de poder político nas classes mais altas perpetua a exclusão de grupos vulneráveis.

Para enfrentar a desigualdade social, o Brasil implementou diversas políticas públicas, especialmente a partir dos anos 2000. Programas como o Bolsa Família, o Programa Minha Casa, Minha Vida e o aumento real do salário-mínimo contribuíram para reduzir a pobreza e ampliar o acesso ao consumo para milhões de brasileiros. No entanto, a sustentabilidade dessas políticas e a continuidade de programas de inclusão social são desafios constantes.

A segmentação das classes no Brasil evidencia as grandes desigualdades econômicas e sociais que têm raízes históricas no país. Mesmo com os progressos realizados nas últimas décadas, principalmente com o crescimento das Classes C, a concentração de riqueza e as desigualdades regionais ainda representam grandes obstáculos. Para mudar essa situação, é necessário implementar políticas eficientes, investir em educação e saúde, além de promover uma sociedade mais equitativa e inclusiva. A diminuição das desigualdades sociais não se trata apenas de um tema de justiça social, mas também é uma via crucial para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da democracia brasileira.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E AS MUDANÇAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (Glaucimarcos)

Saviani (2020) destaca que a educação, ao ser universalizada e oferecida com qualidade, reduz as desigualdades sociais e possibilita a inserção plena dos indivíduos na vida social e econômica. No contexto brasileiro, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída em 2010, emerge como uma iniciativa pioneira para integrar a educação financeira ao sistema educacional, promovendo conhecimentos que capacitem os cidadãos a lidarem com as demandas econômicas da vida cotidiana (Brasil, 2010; Domingos, 2020).

2498

Segundo Hartmann et al. (2021), práticas pedagógicas que combinam a Educação Matemática Crítica com a educação financeira incentivam os estudantes a refletirem sobre suas decisões financeiras no contexto social, fortalecendo sua autonomia e cidadania. Tais políticas públicas demonstram como a educação pode ser adaptada para responder aos desafios contemporâneos e promover maior inclusão social.

Dentre os principais desafios para as políticas educacionais, especialmente em países em desenvolvimento, estão a equidade e o acesso (McCowan, 2016). Apesar das melhorias nas taxas de matrícula, ainda remanescem disparidades importantes no acesso à Educação de qualidade com base em localizações geográficas, estatutos socioeconômicos, etnia e gênero. As zonas rurais e as comunidades indígenas têm, frequentemente, menos acesso aos recursos e às infraestruturas educacionais de qualidade.

Há uma necessidade premente de melhorar a qualidade geral da Educação, incluindo currículo, formação de professores e inclusão digital em sala de aula. Malik (2018) mostra como muitos países enfrentam os problemas com métodos de Ensino e currículos desatualizados que não atendem às demandas do mundo moderno. Ademais, o financiamento é crucial para

sustentar políticas educacionais plurianuais; ao contrário, restrições orçamentárias limitam a capacidade de investimento e a continuidade de programas. As instabilidades políticas podem levar a mudanças frequentes em programas e projetos educacionais, perturbando a continuidade e a implementação de estratégias de longo prazo. Estabelecer políticas que possam resistir às mudanças políticas e obter amplo apoio social são cruciais para avanços educacionais sustentáveis. Os recentes avanços nas tecnologias da informação e comunicação deram origem a mudanças radicais na forma como interagimos e comunicamos nos nossos ambientes sociais, educacionais e de trabalho. No entanto, o potencial e as oportunidades oferecidos por estas tecnologias não estão plenamente disponíveis em toda a sociedade (e.g., López-Aguado et al., 2022).

A exclusão digital é problema significativo, com muitos estudantes sem acesso a computadores e à internet, dificultando a capacidade de ampliar o benefício da aprendizagem digital. Recrutar, formar e reter professores qualificados remanescem como desafios centrais para políticas públicas em Educação. As políticas devem requerer foco não só na melhoria dos programas de formação de professores, mas também na oferta de incentivos à retenção e ao desempenho docente. Do mesmo modo, as elevadas taxas de abandono escolar, especialmente no nível secundário e superior, são um problema persistente (Freeman; Simonsen, 2015; Kocsis; Molnár, 2024). As políticas educacionais têm dificuldade de atacar as causas subjacentes ao abandono escolar, que muitas vezes incluem pressões econômicas para uma entrada precoce no mercado de trabalho, falta de apoio familiar e um desinteresse crescente pelo modelo escolar ainda muito conteudista.

2499

Existem estratégias em curso para enfrentar esses desafios, por meio de políticas pedagógicas mais inclusivas e planos educacionais. Estudos indicam que o investimento na Educação Infantil traz benefícios de longo prazo, estabelecendo uma base para o sucesso educativo futuro e ajudando a prevenir o abandono escolar. A colaboração com entidades privadas pode ser um caminho para preencher lacunas de financiamento, especialmente para integração tecnológica e melhorias de infraestruturas. A implementação de políticas baseadas em evidências, utilizando dados e pesquisas para balizar decisões políticas, pode aumentar a eficácia de programas e iniciativas educacionais (e.g., Pellegrini; Vivanet, 2021).

As políticas públicas de Educação devem continuar navegando nesse cenário complexo de desafios, e, com estratégias pedagógicas direcionadas, investimento e planejamento inclusivo, melhorias significativas poderão ser alcançadas. Esta abordagem não só pode

melhorar os resultados educacionais, mas, sobretudo, contribuir para a qualificação de jovens, face ao mercado de trabalho cada vez mais competitivo e digital e o desenvolvimento econômico e social mais amplo no mundo depende fundamentalmente da Educação. As pesquisas em avaliação e políticas públicas em Educação permitem compreender, avaliar e melhorar a forma como os sistemas educacionais funcionam e como podem ser reformados para melhor perceber e atender as necessidades dos estudantes e da sociedade. Se feitas com uma abordagem multidisciplinar, recorrendo a campos como economia, sociologia, psicologia e ciência política, abordando questões complexas em ambientes educacionais, podem causar um impacto efetivo na área da Educação. (Mello et al., 2020).

As políticas públicas desempenham um papel fundamental nas transformações da educação brasileira, refletindo as necessidades e desafios enfrentados pelo país ao longo do tempo. A educação no Brasil passou por diversas mudanças significativas, impulsionadas por iniciativas governamentais que buscam melhorar a qualidade do ensino e garantir o acesso a todos os cidadãos.

Nos últimos anos, o Brasil tem se esforçado para implementar políticas que promovam a inclusão e a equidade no sistema educacional. Programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Programa Bolsa Família têm sido essenciais para aumentar a matrícula de estudantes em escolas públicas, especialmente em áreas mais vulneráveis. Essas iniciativas visam não apenas garantir o acesso à educação, mas também melhorar as condições de permanência dos alunos nas instituições de ensino.

2500

A inserção social de todas as classes sociais na educação financeira é um tema de crescente relevância no Brasil, especialmente em um contexto onde as desigualdades econômicas e sociais ainda são marcantes. A educação financeira não deve ser vista apenas como uma habilidade individual, mas como uma ferramenta essencial para a promoção da cidadania e da inclusão social. Ao capacitar indivíduos de diferentes classes sociais a gerenciar suas finanças, é possível contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa e consciente de suas responsabilidades financeiras.

Além disso, as mudanças na educação brasileira, impulsionadas por políticas públicas, têm buscado integrar a educação financeira ao currículo escolar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes que incentivam a inclusão de temas financeiros nas escolas, reconhecendo a importância de preparar os jovens para os desafios do mundo contemporâneo. Como afirmam Lima e Silva (2021), "a educação financeira nas escolas é um

passo importante para formar cidadãos críticos e autônomos, capazes de lidar com suas finanças de maneira consciente".

Entretanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de professores capacitados e a resistência cultural em relação ao ensino de finanças são barreiras que precisam ser superadas. É essencial que as políticas públicas sejam acompanhadas de ações que garantam a formação contínua de educadores e a criação de materiais didáticos acessíveis e relevantes.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida para este estudo adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, buscando compreender a inserção social de todas as classes na educação financeira. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de aprofundamento teórico e pela análise das percepções sociais sobre o tema, permitindo uma compreensão mais ampla das barreiras e oportunidades no acesso ao conhecimento financeiro.

A pesquisa qualitativa foi essencial para interpretar as percepções e experiências dos diferentes grupos sociais em relação à educação financeira. Esse método possibilitou a análise subjetiva dos desafios enfrentados pelas classes menos favorecidas no que se refere à alfabetização financeira, permitindo identificar fatores que influenciam a forma como cada classe social lida com conceitos como planejamento, consumo e poupança.

2501

A pesquisa exploratória teve como função levantar informações iniciais sobre a relação entre as classes sociais e a educação financeira, fornecendo um panorama geral do contexto em que esse conhecimento é disseminado. Essa abordagem permitiu identificar padrões e hipóteses que contribuíram para a construção de um referencial teórico mais sólido, auxiliando na compreensão das dificuldades estruturais e educacionais que afetam o aprendizado financeiro.

Essa modalidade de pesquisa tem como objetivo principal proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou permitindo a formulação de hipóteses. Seu planejamento é flexível para possibilitar a consideração de diferentes aspectos relacionados ao fenômeno estudado (Gil, 2002).

Por fim, a pesquisa bibliográfica desempenhou um papel fundamental ao embasar teoricamente o estudo, reunindo informações extraídas de livros, artigos científicos, relatórios institucionais e legislações relacionadas à educação financeira e à desigualdade social. Esse

levantamento permitiu estabelecer conexões entre a teoria e a realidade social, contribuindo para a construção de um debate fundamentado e relevante sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica é caracterizada pelo uso de materiais já publicados, como livros e artigos acadêmicos, sendo uma estratégia essencial para estudos exploratórios que se baseiam exclusivamente em fontes documentais (Gil, 2002).

A combinação dessas metodologias possibilitou uma análise aprofundada da inserção social de todas as classes na educação financeira, evidenciando os desafios e as possíveis estratégias para ampliar o acesso ao conhecimento financeiro de maneira equitativa.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa evidenciou que a educação financeira ainda não é amplamente disseminada entre todas as classes sociais, o que contribui para a manutenção do endividamento e da instabilidade econômica de grande parte da população. Os resultados apontam que, apesar de a educação financeira ser um instrumento essencial para a organização econômica individual e coletiva, ainda há desafios significativos em sua implementação efetiva, especialmente entre as camadas mais vulneráveis da sociedade. A falta de acesso a conteúdos educativos sobre finanças, aliada à ausência de políticas públicas eficazes, impede que muitos indivíduos desenvolvam hábitos financeiros saudáveis, perpetuando um ciclo de dificuldades econômicas.

O estudo revelou que a inserção da educação financeira na formação básica dos cidadãos, desde os anos iniciais da escola até a vida adulta, pode ser uma estratégia fundamental para reduzir o analfabetismo financeiro e promover maior estabilidade econômica. A análise dos dados coletados demonstrou que há uma carência de materiais didáticos acessíveis, bem como de profissionais capacitados para ensinar o tema de maneira clara e objetiva. Além disso, verificou-se que a maioria da população não possui conhecimento sobre conceitos básicos, como orçamento pessoal, investimentos e planejamento financeiro, o que impacta diretamente sua qualidade de vida.

Diante desse cenário, propõe-se a criação de um Programa Nacional de Educação Financeira que atue de forma integrada entre escolas, comunidades e empresas. Esse programa deve incluir disciplinas obrigatórias no currículo escolar, capacitação de professores para abordar a temática de forma didática e interativa, além da oferta de cursos gratuitos voltados à população adulta, utilizando plataformas digitais e presenciais. A proposta busca não apenas

ensinar conceitos técnicos, mas também modificar hábitos de consumo e incentivar o planejamento financeiro sustentável, promovendo a autonomia financeira dos cidadãos.

Além disso, sugere-se uma parceria entre instituições de ensino, órgãos governamentais e o setor privado para o desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis e campanhas de conscientização sobre a importância da educação financeira. Com o avanço das tecnologias digitais, plataformas interativas e aplicativos podem ser desenvolvidos para auxiliar os cidadãos na gestão de suas finanças, tornando o aprendizado mais dinâmico e engajador.

Portanto, a educação financeira deve ser tratada como um direito fundamental, sendo um fator determinante para a inclusão social e a redução das desigualdades econômicas no país. A implementação de políticas eficazes nessa área pode proporcionar uma sociedade mais consciente e preparada para tomar decisões financeiras responsáveis, garantindo um futuro mais equilibrado e sustentável para todas as classes sociais.

REFERÊNCIAS

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. **Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy.** Federal Reserve Bulletin, Washington, v. 88, n.11, p. 445-457, Nov, 2002.

CERBASI, Gustavo. **Educação financeira Infantil: Como (e quando) começar?** Disponível em: <http://www.gustavocerbasi.com.br/blog/educacao-financeira-infantil/> Acesso em: 23/12/2024. 2503

CERBRASI, G. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos.** Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos.** São Paulo: Atlas, 2020.

DE OLIVEIRA, Amanda Santos et al. Educação Financeira Como Base para a Organização e Planejamento Eficaz de Hábitos Financeiros A Longo Prazo. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 6, n. 1, p. e616151-e616151, 2025 Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6ii.6151> Acesso em: 20 jan 2025.

DOMINGOS, R. Educação financeira uma ciência comportamental. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. e341217, 2022. DOI: [10.47820/recima21.v3i4.1217](https://doi.org/10.47820/recima21.v3i4.1217). Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1217>. Acesso em: 19 jan. 2025.

Freire, P. **Pedagogia do oprimido.** Brasil: Paz e Terra, 2014. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Pedagogia_do_oprimido/SL3NAgAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Pedagogia%20do%20oprimido.&pg=PP3&printsec=frontcover Acesso em: 19 jan. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HARTMANN, A. L. B.; MARIANI, R. DE C. P.; MALTEMPI, M. V.. Educação Financeira no Ensino Médio: uma análise de atividades didáticas relacionadas a séries periódicas uniformes sob o ponto de vista da Educação Matemática Crítica. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 35, n. 70, p. 567-587, maio 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/bx5cbhbVLdRCFy8GVFNGtkJ/> Acesso em: 19 jan. 2025.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2022.

PABIS, M. G.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J. Uma revisão sistemática sobre a pesquisa em educação financeira. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. II, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/7821> Acesso em: 19 jan. 2025.

RIZZO, Marçal Rogério; RIBEIRO, Silvio Paula; DOMINGOS, Reinaldo Aparecido; AQUINO, Aline Alves Andrade de. Analisando Crenças e Concepções de Educação Financeira sob a Ótica dos Pilares da Metodologia DSOP: Um Estudo Junto Aos Artesãos Da Associação Costa Leste De Artesão De Mato Grosso Do Sul (ACLAMS). **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 62-81, 2021. DOI: 10.12662/2359-618xregea.v10i3.p62-81.2021. Disponível em: <https://unichristus.emnuvens.com.br/gestao/article/view/3667>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SANTOS, Ana Clara Gonçalves dos; et al. Educação Financeira e Imposto de Renda: Benefícios Sociais e Penalidades pela não Declaração. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. II, n. 1, p. 928-944, 2025. DOI: 10.51891/rease.vIII.i.17818. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17818>. Acesso em: 20 jan. 2025.

2504

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SILVA, Mateus Otoni; DE SOUZA FRANCISCO, José Roberto; DOS REIS, Deyse Almeida. Educação financeira na Educação Básica. **Research, Society and Development**, v. II, n. 15, p. e210111537048-e210111537048, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-vIIi15.37048> Acesso em: 23 dez 2024.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.